

5 Conclusão

Esta dissertação demonstrou que o desenvolvimento é um dispositivo que surge no início do século XX e que reflete a maneira governamental de se exercer o poder, rearticulando, assim, as bases sobre as quais se demarcam os limites temporais da Modernidade. Por ser um dispositivo governamental, o desenvolvimento organiza a realidade a partir de categorias que distribuem os eventos populacionais de acordo com sua normalidade ou desviância estatística. Cria-se, desse modo, uma nova referência para a relação do Estado com a sociedade civil e com os outros Estados pertencentes ao sistema internacional, substituindo o dispositivo da civilização que existiu no século XIX. As maiores diferenças residirão no modo de se definir e de se atuar sobre os grupos colocados à margem da Modernidade. No caso do dispositivo da civilização, defende-se a noção de que certos grupos são naturalmente dependentes, sendo legítima, portanto, a ação soberana e disciplinar. No contexto do desenvolvimento, por sua vez, o subdesenvolvimento de certos países é visto como consequência das condições em que estes habitam, sendo necessária a modificação destas para permitir que estes países adotem as políticas necessárias para se desenvolver.

O estudo de caso realizado nesta dissertação trouxe à tona as disputas políticas que ocorrem em nome do desenvolvimento, assim como os efeitos políticos de se definir categorias e parâmetros que serão aplicados à população. As diferentes concepções de desenvolvimento propostas pela USAID e pela SUDENE continham não somente categorias distintas, mas também maneiras distintas de se chegar a estas categorias. Para a USAID, a diferenciação entre sociedade tradicionais e modernas era crucial para entender a questão do desenvolvimento. A definição dessas categorias decorria da tentativa funcionalista de se sintetizar todas as leis da vida social, e o conteúdo que se deu a estas refletia, em grande medida, uma “tradição liberal” que igualava a modernidade a uma versão específica de identidade norte-americana. De acordo com essa visão de desenvolvimento, a Modernidade possui uma temporalidade linear e evolutiva, e o subdesenvolvimento é apenas uma etapa que precede o desenvolvimento e a modernização plena.

No caso da SUDENE, por sua vez, o desenvolvimento só pode ser entendido à luz da relação entre centro e periferia. Para entender essa relação, deve-se focar nas estruturas e nos processos econômicos e políticos que caracterizam cada país. Os limites temporais da Modernidade, portanto, não serão entendidos de maneira linear, pois o tempo se vê circunscrito por condições estruturais e espaciais que inviabilizam a noção de que o desenvolvimento seja a continuidade natural do subdesenvolvimento.

Os efeitos políticos ocasionados por cada visão de desenvolvimento decorrem justamente das diferentes maneiras em que se articulam os limites temporais da Modernidade. No caso da USAID, assume-se que o regime internacional de cooperação para o desenvolvimento deve estar focado no apoio à transição para a modernidade, tomando especial cuidado para evitar o fortalecimento de forças comunistas nesse momento conturbado. Já para a SUDENE, os órgãos de desenvolvimento devem ser capazes de angariar apoio político e recursos financeiros suficientes para promover reajustes estruturais que levem à superação da relação entre centro e periferia.

Para além da discussão de qual dessas concepções de desenvolvimento é melhor ou mais “verdadeira”, o que é importante de se compreender é que cada uma destas representa uma maneira específica de se administrar a população e de se discriminar entre aqueles que possuem capacidade de conduta autônoma, e aqueles que ainda precisam aprender a ser livres.